ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2021.

PRESIDÊNCIA: Vereador RODRIGO RODRIGUES

SECRETARIA: Vereadora CLÁUDIA MARIA GABRIEL

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às vinte horas, foi realizada de maneira remota e pela plataforma zoom, a 8ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Botucatu. Vereadores presentes: Abelardo Wanderlino da Costa Neto (Abelardo), Alessandra Lucchesi de Oliveira (Alessandra Lucchesi), Antonio Carlos Vaz de Almeida (Cula), Cláudia Maria Gabriel (Cláudia Gabriel), Elias Marcelo Sleiman (Marcelo Sleiman), Erika Cristina Liao Tiago (Erika da Liga do Bem), Luiz Aurélio Pagani (Lelo Pagani), Laudo Gomes da Silva (Sargento Laudo), Rodrigo Rodrigues (Palhinha) e Roseli Antunes da Silva Ielo (Rose Ielo). Vereador Ausente: Silvio dos Santos (Silvio), devido a licença médica. Com a presença de dez vereadores e havendo número legal, o Presidente instalou a sessão e estabeleceu a seguinte orientação: “*A realização desta sessão ordinária no formato remoto tem previsão no Ato da Mesa n° 2/2021, e que deve ser adotado diante da situação de emergência de saúde pública relacionada à pandemia da Covid-19. Gostaria de aproveitar para solicitar que observem o cronômetro que é compartilhado em tela na plataforma da sessão. Vamos resguardar quanto ao tempo de uso da palavra durante os trabalhos, principalmente dos apartes que devem ser de no máximo 1 minuto. Também alerto que apartes não podem ser paralelos e sucessivos. Outra observação que quero fazer é em relação aos microfones. Para assegurar a ordem no transcorrer dos trabalhos mais uma vez solicito que o microfone permaneça em modo silencioso, devendo ser ativado somente quando forem usar a palavra. Também volto a solicitar que antes de pedir a palavra identifiquem-se pelo nome, pois a plataforma zoom muda a tela acionada pelo áudio e evitaremos confusão nos momentos de delay*”. Em seguida, colocou em votação as atas da Sessões Ordinária e Extraordinária realizadas, respectivamente, nos dias 22 e 29 de março, que foram aprovadas pela unanimidade dos vereadores presentes. Logo após, solicitou à Secretária que procedesse a leitura das correspondências recebidas, fazendo o seguinte alerta: “*Diante da fase emergencial da pandemia ressalto a necessidade de a sessão ser célere e mais breve possível. Precisamos evitar a permanência de pessoas juntas e temos aqui um número mínimo de servidores trabalhando de modo presencial para assegurar a transmissão dos trabalhos. Portanto, alerto que irei indeferir a leitura de qualquer documento relativo ao expediente recebido, uma vez que o inteiro teor permanecerá ao dispor na secretaria da Casa, bem como que as respostas de proposituras serão inseridas em sistema e disponibilizadas para acesso remoto. Conto com a colaboração*”. As correspondências foram: Da Prefeitura, respondendo aos Requerimentos nºs 62, 69, 88, 140, 142 e 147/2021. Do Ministério da Cidadania, respondendo ao Requerimento nº 64/2021. Da Secretaria Estadual de Saúde, respondendo ao Requerimento nº 37/2021. Da Coordenadoria de Regiões de Saúde, respondendo ao Requerimento nº 78/2021. Da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), respondendo ao Requerimento nº 133/2021. Do Superintendente do Hospital das Clínicas de Botucatu, respondendo ao Requerimento nº 66/2021. Da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), respondendo ao Requerimento nº 149 e 162/2021. Da União de Mulheres na Política de Botucatu, encaminhando carta com posicionamento no sentido de auxiliar na importante tarefa de zelar pela saúde e pela garantia dos direitos e da vida dos munícipes de Botucatu. A carta traz alguns elementos para o aprofundamento da discussão na Câmara no sentido de fundamentar ações balizadas pela ética, justiça e bem comum, justificando que os motivos do manifesto foi o requerimento n° 187 apresentado em sessão no dia 22/3/2021. Projetos que deram entrada: 1) Projeto de Lei nº 15/2021, de iniciativa do Prefeito, que acresce o § 2° ao art. 3° da Lei nº. 6.048/18 que dispõe sobre a instituição do Programa "Botucatu em frente" e dá providências correlatas. 2) Projeto de Lei nº 16/2021, de iniciativa do Prefeito, que “Institui o Diário Oficial Eletrônico do Município e dá outras providências”.3) Projeto de Lei nº 17/2021, de iniciativa do Vereador Cula, que denomina de “Gentil Paulossi” a “Rua 21” localizada no loteamento Vida Nova Botucatu. 4) Projeto de Lei nº 18/2021, de iniciativa do Vereador Cula, que denomina de “Jandyra Godoy Protes” as “Ruas 24 e 25” localizadas no loteamento Vida Nova Botucatu. Em seguida, o Presidente solicitou que a secretária procedesse a leitura das proposituras. Requerimentos apresentados e aprovados: do vereador Abelardo n° 202; do vereador Sargento Laudo n°s 203, 204, 219 e 230; do vereador Cula n°s 205 e 207; dos vereadores Alessandra Lucchesi e Palhinha n° 206; da vereadora Alessandra Lucchesi n°s 208 e 211; das vereadoras Alessandra Lucchesi e Erika da Liga do Bem n° 209; da vereadora Rose Ielo n°s 210 e 220; da vereadora Erika da Liga do Bem n°s 213, 214, 215 e 217; do vereador Marcelo Sleiman n°s 216 e 218; do vereador Palhinha n°s 221, 222 e 223; da vereadora Cláudia Gabriel n° 226. Pela ordem, o vereador Abelardo solicitou destaque do Requerimento n° 227 de autoria do vereador Lelo Pagani. Do vereador Lelo Pagani n°ss 228 e 229; do vereador Silvio n° 231. Moção aprovada: do vereador Cula n° 18. Indicações: do vereador Cula n°s 55 e 56 e do vereador Abelardo n° 57. Finalizada a leitura e aprovação das matérias, passou-se à discussão do requerimento n° 227, destacado pelo vereador Abelardo, que foi o primeiro a fazer uso da palavra por cinco minutos. Em seguida, o vereador Lelo Pagani, autor do requerimento, fez uso da palavra também por cinco minutos. Pela ordem, o vereador Abelardo solicitou o interesse na continuidade da discussão e que a matéria fosse inserida na ordem do dia. O pedido foi colocado em votação sendo aprovado pela maioria dos vereadores, recebendo votos contrários dos vereadores Cula, Lelo Pagani e Rose Ielo. Encerrado o tempo do Pequeno Expediente, deu-se início ao Grande Expediente. Fizeram uso da palavra os vereadores: Palhinha, Rose Ielo, Abelardo, Alessandra Lucchesi, Cula, Cláudia Gabriel e Marcelo Sleiman (aparteado pelos vereadores Palhinha e Cula). Encerrado o Grande Expediente, o Presidente solicitou que à Secretária que verificasse na plataforma virtual a presença dos vereadores para a Ordem do Dia, com a seguinte pauta: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2021, de iniciativa da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão da Medalha "Reconhecimento Comunitário de Segurança". Colocado em votação, foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes. 2) Parecer da Comissão de Constituição e Justiça relativo ao recurso interposto pelo vereador Abelardo, em face da decisão do Presidente da Câmara que não recebeu o Projeto de Lei n° 12/2021. Pela ordem, o vereador Abelardo solicitou a leitura do parecer. Fizeram uso da palavra os vereadores: Abelardo, Sargento Laudo (aparteado pelo vereador Abelardo), Cula (aparteado pelo vereador Abelardo), Marcelo Sleiman (aparteado pelo vereador Abelardo) e Palhinha. Colocado em votação, o parecer foi aprovado pela maioria dos vereadores presentes com votos contrários dos vereadores: Abelardo, Sargento Laudo e Cula. Votaram de modo favorável ao parecer: Alessandra Lucchesi, Cláudia Gabriel, Marcelo Sleiman, Erika da Liga do Bem, Lelo Pagani e Rose Ielo. Ato contínuo, foi deliberado o Requerimento n° 227. Fizeram uso da palavra os vereadores: Abelardo, Lelo Pagani, Rose Ielo e Sargento Laudo. Após as manifestações, o requerimento foi colocado em votação sendo aprovado pela maioria dos vereadores presentes. Foram contrários os vereadores Abelardo e Cula e votaram de modo favorável os vereadores Alessandra Lucchesi, Cláudia Gabriel, Marcelo Sleiman, Erika da Liga do Bem, Sargento Laudo, Lelo Pagani e Rose Ielo. Pela ordem, os vereadores Abelardo e Sargento Laudo justificaram seus votos. O vereador Abelardo solicitou que sua justificativa constasse na ata, na íntegra: “*O meu voto é contrário pelo requerimento estar impondo que a população, principalmente sem condições financeiras, não tenha seu direito ao tratamento alternativo em posto de saúde ou em qualquer área que seja do governo*”. Nada mais para ser tratado foi encerrada a sessão. Eu, Erika Svícero Martins, Supervisora de Processo Legislativo, lavrei a presente Ata que, se aprovada, será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Vereador Rodrigo Rodrigues e pela 1ª Secretária da Câmara Municipal,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Vereadora Cláudia Maria Gabriel.

***esm***